



**O JORNAL *A IMPRENSA* E A UNIÃO DOS MOÇOS
CATÓLICOS: UMA PRÁTICA EDUCATIVA RELIGIOSA
NA PARAÍBA (1931 A 1942)**

**THE PRESS AND THE UNION OF CATHOLIC MOUNTS: A
RELIGIOUS EDUCATIONAL PRACTICE IN PARAÍBA (1931
TO 1942)**

Jorilene Barros da Silva Gomes*

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

 <https://orcid.org/0000-0002-1029-3439>

jorilene.jp@hotmail.com

Fabiana Sena**

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

 <https://orcid.org/0000-0002-3340-7769>

fabianasena@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho buscou dar visibilidade aos discursos sobre a formação ideal de família, propagados pelo jornal católico *A Imprensa* entre os anos de 1931 a 1942 bem como pela União dos Moços Católicos, no estado da Paraíba. A análise desses documentos corrobora a ideia de que os Moços Católicos e *A Imprensa* tencionavam por um modelo educacional religioso, na Paraíba, que atuasse sobre a família com base na masculinidade.

PALAVRAS- CHAVE: Jornal; moços católicos; educação; família.

ABSTRACT: This paper sought to give visibility to the discourses about the ideal family formation, propagated by the Catholic newspaper *A Imprensa* between the years 1931 and 1942, as well as by the União dos Moços Católicos, in the state of Paraíba. The analysis of these documents corroborates the idea that the Moços Católicos and *A Imprensa* intended a religious educational model, in Paraíba, which would act on the family based on masculinity.

KEYWORDS: Newspaper; moços católicos; education; family.

* Doutora em Educação na linha de História da Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2020). Professora do Departamento de Formação Geral do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, campus Santana do Ipanema.

** Professora Associada IV no Departamento de Metodologia da Educação e credenciada como professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

INTRODUÇÃO

Ao compreender a família no estado da Paraíba nas décadas de 30 e 40 do século XX, faz-se necessário “percebê-la como uma criação humana, dinâmica e mutável” (DURHAM, 1983, p. 17), já que em todos os tempos e sociedades possuíam e “possuem, de uma forma ou de outra, regras para ordenar e regulamentar as relações entre os sexos e a reprodução, o que resulta na formação de uma estrutura familiar” (TERUYA, 1995, p. 16). Sendo assim, a noção de família e dos seus membros é uma construção social, cultural e histórica, como resultado de inúmeros embates e discursos.

É sobre o discurso formado e moldado para os sujeitos atuarem e vivenciarem na sociedade, em particular, o masculino que este trabalho debruça sua atenção e análise, tomando como referência o jornal *A Imprensa*, o qual apresenta orientações para a formação de um tipo de família, especificamente a família cristã católica, na Paraíba, nas décadas e século acima citados.

Inquirir sobre a família brasileira e, em especial, a paraibana do começo do século XX, é perceber que os núcleos familiares se formaram a partir do discurso hierárquico masculino, como se vê evidenciado no texto produzido e divulgado pelos Moços Católicos em 18 de janeiro de 1938, no jornal *A Imprensa* (p. 06): “É teu dever moral como homem guiar a tua prole para o bem viver, para a pátria e para Deus (...)”. Está clara a ratificação constante do lugar de direito e de pertencimento masculino como protetor da família.

Assim, este trabalho busca analisar como o discurso masculino produzido no jornal *A Imprensa* pelo grupo *União dos Moços Católicos* influenciou o pensamento e a formação de diversas famílias paraibanas, em especial as mais privilegiadas social e financeiramente, dentro de um projeto de família cristã católica, cuja elite era oligárquica e política, com grande parte de seus homens formada pela Faculdade de Direito em Recife. A documentação do jornal *A Imprensa*, produzida entre os anos de 1931 a 1942, divulgava as ideias que a Diocese e os Moços Católicos defendiam, praticavam e vivenciavam na sociedade de então. A análise desse periódico permite dar visibilidade à ideia de que a União dos Moços Católicos e *A Imprensa* tencionavam por um modelo educacional religioso de família e masculinidade na Paraíba, na época. Como se vê na transcrição a seguir, o discurso religioso estava imbricado nas políticas locais, no cenário

estadual e nos movimentos políticos nacionais e na própria constituição de como a família deveria ser:

Não cabe ao Estado cuidar de nossas famílias, da educação de nossos filhos. Cabe a família e a Igreja auxiliar na formação ideal dos nossos jovens, educando-os para a moralidade e uma boa criação de valores que cultivam a honestidade, a hombridade, a força, a justiça e o bem (...). Cabe a nós a função de auxiliar a família que esta se perdendo do caminho certo e do bem viver em Cristo. (A IMPRENSA, 18 julho de 1939, p. 4)

Sobre a União dos Moços Católicos, em 1932, Moisés Sizenando Coelho fundou um núcleo desse grupo na cidade de Cajazeiras, no estado da Paraíba, de modo que se tornou o segundo arcebispo da Paraíba, entre os anos de 1932 a 1959. Quando de sua transferência de Cajazeiras para a capital João Pessoa, ele levou a ideia do grupo A União a fim de lhe dar continuidade e a fortalecer. Ainda jovem, engendrou ações e influências no cotidiano da capital paraibana, sentidas por diversos núcleos familiares, e possibilitou o fortalecimento de uma educação moral cristã como prática cotidiana e natural. Segundo o prelado Dom Moisés:



As ações da União dos Moços Católicos visam o [sic] bem da sociedade através dos bons homens de fé e coração. Todos aqueles homens que tiverem em sua alma o desejo por nobres causas procurem a União, pois será bem vindos. Um braço amigo é sempre um conforto nestes tempos austeros [...]. A Igreja Católica precisa de pessoas que tenham o intuito de defender boas causas e bons exemplos, [sic] os tempos podem ser duros para os defensores do bem, mas o amor e a fé em Cristo podem ajudar a todos com dias melhores. (...) Os Moços Católicos se encontram semanalmente, ajudam os desvalidos e necessitados, praticam o bem para os inválidos, levam a palavra e o alento aos que cometeram erros nos presídios e as [sic] crianças nas escolas, [...]. (A Igreja e os Católicos. In: A IMPRENSA. S/A, novembro de 1934, p. 04)

A Igreja Católica e seus representantes buscaram meios para formar a sociedade, pois estava “[...] preocupada em combater a laicização da sociedade, percebeu nas mulheres [e nos homens] e na sua formação um ponto de apoio para desenvolver uma prática discursiva voltada à ordem social, lastreada nos princípios da fé” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 372). Houve, então, colaboração de diversas frentes para implementar e possibilitar a todos o tipo ideal de educação, cultura, lazer, economia, trabalho, família, entre outros, como mecanismo para retornar ao patamar de principal instituição detentora da verdade e do sagrado. Apesar das inúmeras mudanças advindas do republicanismo brasileiro, o aspecto cultural acerca da família persistiu pelas décadas

seguintes. Para efetivar a noção de família idealizada pela Igreja, colocava-se a figura feminina apenas como colaboradora, logo dependente do núcleo familiar, de modo que:

Para concretizar ações a fim de capturar as mulheres para a causa católica, a instituição efetivou algumas estratégias como: a instalação de escolas confessionais, de associações religiosas orientadas ao público feminino e divulgação, por vários meios de discurso prescritivo que definiam parâmetros comportamentais esperados para a mulher moderna, enquadrada no perfil esperável de uma mulher católica (CASTELO BRANCO, 2020, p. 372).

A Constituição de 1891 não possibilitou avanços políticos, ou seja, mesmo com a emergência paulatina da mulher, manteve-se a tese da superioridade masculina (AZZI, 1987). Os grupos leigos religiosos reforçavam essa noção de dependência feminina, pois os discursos promovidos eram pautados justamente nesta relação de obediência e subserviência hierárquica. Nesta lógica, a Igreja ocupava o posto mais alto em detrimento do Estado, da família, do homem, da mulher, dos filhos, respectivamente. É dentro deste espectro de um mundo hierárquico, com a característica principal de patriarcalismo, que inúmeras famílias foram formadas na Paraíba do século XX.

Esse ideário se sustentava sobre o poder da Igreja Católica Apostólica Romana ser sempre dominante. Sobre a temática da romanização e do ultramontismo brasileiro, os estudos de Beozzo (1979; 1980; 1983) analisam a história da Igreja Católica no Brasil e sua relação com o processo de colonização e império; Azzi (1986; 1974; 1976; 1977) buscou analisar como a romanização influenciou as práticas clericais, a partir da República, como também refletiu sobre o catolicismo popular e suas insurreições aos valores católicos romanos.

Assim, problematizamos, aqui, o lugar social e as ações do grupo supracitado, com a intenção de analisar o modo como estes, por meio de suas ações e seus escritos no jornal *A Imprensa*, orientados pelos documentos e discursos produzidos pela Igreja Católica, produziram formas de ser, pensar e educar, em uma sociedade que caminhava para novos modelos de civilidade, entre as décadas de 30 e 40 do século XX. Para tanto, entendemos, a partir de Ginsburg (1989, p. 144), que devemos dar atenção aos “pormenores” para termos uma maior compreensão acerca da família cristã católica e da União dos Moços Católicos na Paraíba. Necessitamos dos detalhes que foram deixados de lado e esquecidos nos monturos da memória; carecemos das pistas mais simples encontradas nas páginas amareladas do referido periódico, que podem demonstrar como a família cristã se transformou e adaptou-se ao que era o “novo”, aos aspectos

modernizantes de uma sociedade em transformação, porém alicerçados pelo discurso da Igreja – em especial, destacamos a União dos Moços Católicos.

Para estudar, interpretar as peculiaridades e, por fim, compreender os resultados das ações do Laicato no Brasil, em especial dos Moços Católicos, sobre a família cristã e as questões da moralidade, educação e condutas, utilizamos a Nova História Cultural. Nosso interesse está em compreender como os Moços Católicos fizeram circular os signos e símbolos da Igreja Católica na Paraíba, criando uma representatividade (CHARTIER, 1990) do grupo perante a família e diante da própria instituição religiosa, a partir de anúncios da moral e da conduta ilibada, além de proporem a circulação de suas ideias no periódico *A Imprensa*, como forma de legitimação e defesa de uma ordem e de um lugar social (CERTEAU, 2007).

A IMPRENSA E SUA HISTÓRIA

A Imprensa, como um periódico católico, detinha o poder escriturístico religioso, sendo um dos de maior vendagem no estado. Segundo Carvalho (2005, p. 143), os discursos produzidos pela imprensa escrita “produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência e mesmo a legitimar escolhas”. Isso ocorre devido ao fato de o jornal ser resultado direto de uma sociedade que o fabricou e que é composta por embates, rupturas, continuidades e discontinuidades.

Os periódicos possuem, pois, uma força social como legitimadores de “verdades”. Para Capelato (1988), esses instrumentos têm força política, pois impõem ideias, valores, normas, práticas e interesses ao público leitor. Desse modo, ao se fazer uso do trabalho de pesquisa da imprensa escrita, deve-se estar atento para as estratégias (CERTEAU, 2008) que estão imbuídas de interesses particulares. Capelato ainda afirma que os periódicos têm dois interesses específicos: o lucro e a política. Para Chartier (1990), é necessário que, ao se analisar um suporte do texto escrito, aqui no caso o periódico, deve ser levado em consideração o leitor a quem o impresso fora (ou seria) destinado, pois a forma como esse sujeito interpreta o texto pode não ser aquela objetivada por seu autor, portanto é imprescindível um esforço de reflexão sobre as representações construídas pelos “donos dos jornais”, pelos leitores e pelas relações entre ambos. Afinal, é fundamental “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 38).

O jornal *A Imprensa* teve sua fundação no final do século XIX e marcou a sua época por ser um dos primeiros a circular no cenário paraibano. Criado pelo primeiro Bispo e Arcebispo da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henrique, no dia 27 de maio de 1897, esse impresso teve como subtítulo Órgão Hebdomadário Doutrinário e Noticioso. Jornal noticioso e ou político trazia ideários e preceitos da vida católica, do cotidiano na sociedade paraibana e da política local e nacional (e, em casos extraordinários, notícias internacionais). Estava dividido em duas fases de produção, sendo a primeira de 1897 a 1903, e a segunda de 1912 a 1968. Entre estas, porém, ocorreram algumas interrupções motivadas por questões financeiras e políticas.

É possível localizar este periódico em três arquivos na cidade de João Pessoa, na Paraíba, que são: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), no Arquivo da Cúria - localizado no Museu de São Francisco - e na Fundação Casa José Américo. Nos três arquivos, as edições encontram-se, porém, incompletas e, em alguns casos, não é possível o manuseio, em função de sua fragilidade, rasgões, cortes de impressão, entre outros. Algumas edições da primeira fase do jornal se encontram exclusivamente na Cúria; pelas condições precárias que já mencionamos, não são, contudo, acessíveis. Felizmente, é possível encontrar alguns exemplares em alguns sites, na Fundação Joaquim Nabuco e na Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital. A partir de 1912, o manuseio e o número de edições são, todavia, mais viáveis, já que a conservação nos arquivos tem sido mais cuidadosa, facilitando o trabalho de investigação sobre a imprensa religiosa.

Este periódico possuiu sua própria tipografia, localizada em João Pessoa. Também fazia impressão de outros jornais - a exemplo de *Voz da Mocidade*, *A Verdade* e *Oito de Setembro*¹ - e de livros - como *A Dúvida*, de Ponciano Barbosa (1915); o boletim *A Lavoura* (1918); *Hygiene Rural*, de Flavio Maroja (1918); *Almas Simples*, de Alberto Marim (1918); *A Selva*, de Ferreira Castro (1936); *Problemas de Dôr*, do Cônego Mello Lula (1918); Cartas pastorais; formulários de alistamento militar; entre outros. A partir desses exemplos citados, podemos compreender que a cultura impressa foi amplamente divulgada pela tipografia da Igreja Católica. É importante frisar que a ação da Igreja em relação à tipografia paraibana não era um caso isolado. Em todo o Brasil, foram criados jornais religiosos com a função de difundir os ideários da romanização e de propagar a cristianização. Tratava-se, portanto, de uma estratégia

¹ Esse título de periódico também foi lançado por Dom Adauto no Rio Grande do Norte, em 1897.

utilizada para intensificar o crescimento religioso, social e intelectual voltado para um modelo cidadão específico.

Segundo Araújo (1986), o primeiro redator chefe do jornal *A Imprensa* foi o padre José Thomás Gomes da Silva, tendo como colaborador o religioso Manoel Antonio de Paiva. Após o seu fechamento, em 1903, por questões financeiras, o jornal reabriu em 05 de agosto de 1912, sob a responsabilidade do Padre João Ireneo Joffily como redator. Durante a década de 30, o periódico ficou sob os cuidados da *União dos Moços Católicos*, de cujo grupo faziam parte Francisco Lianza, Mauro Coelho, Cônego Matias Freire e Carlos Coelho.

Outro fator importante nesse período é a modernização pela qual passou a tipografia: o parque gráfico ganhou novos elementos – aquisição de impressora Rotoplana e máquina de composição Linotipo (MORAES, 1994, p. 18). Mesmo com essa modernização, o impresso foi fechado em 1942, por questões políticas e também atingido por crise financeira.

O tipo do papel do jornal era diferenciado do papel comum, uma vez que não passava por técnicas de descontaminação da polpa da celulose. Era frágil, portanto inferior em questão de qualidade, o que facilitava a ação deterioradora do tempo, ou seja, o amarelamento e o rasgão. Esse papel tinha a gramatura de 48g/m^2 - 52g/m^2 e sua dimensão variava de acordo com as edições, ou, melhor dizendo, dos interesses e condições de impressão do jornal. Assim, inicialmente utilizava-se papel com 55 cm de comprimento por 38 cm de largura (modelo conhecido atualmente como standard). Em algumas publicações, o papel tinha 60 cm de comprimento e 40 cm de largura. Quando começou, era impresso em 04 folhas, porém, com o passar dos anos chegou a ter 08 folhas; possuía diagramação na horizontal e vertical e era dividido em colunas, podendo ser 04 ou 05 delas, dependendo das matérias. Verificamos também a ausência de imagens, utilizadas apenas em casos isolados – geralmente as imagens que apareciam eram notadamente de “grandes homens” (autoridades religiosas ou políticas) ou de produtos, quando se publicavam anúncios. O uso das imagens se acentuou a partir da década de 1930.

O jornal *A Imprensa* foi um instrumento de grande utilidade para a Romanização, pois divulgava as ações que eram voltadas para reafirmar a importância do cristianismo católico para a sociedade. Para a Igreja o maior objetivo, como já foi dito anteriormente, era divulgar principalmente a fé católica e os bons costumes como forma de manter a ordem social e moral. Assim Dom Adauto nos esclarece:

É dever nosso servir à Santa Igreja, cabe a todos nós a boa leitura. Hoje a imprensa constituiu-se de muitas leviandades que ludibriam mentes fracas e desgraçam o bem maior que é a família. O jornal *A Imprensa* tem o objetivo de divulgar a boa e verdadeira ideia para a família. (HENRIQUES, 1918, p. 02)

E ainda ele afirma que:

A razão é porque a imprensa constitui hoje, mais que nunca, o principal alimento do espírito, assim para a vida como para a morte, tanto para o bem como para o mal. Boa, transmite aos indivíduos e à família a vida moral, trazendo concomitantemente a segurança das instituições, o bem-estar da sociedade e o verdadeiro progresso dos povos. Má, arrasta consigo a decadência, amontoa destroços sobre destroços: gera a morte. [...] Se os católicos se resolvessem, como devem, a não comprar nunca livros maus e a não assinar jamais um só jornal que publique coisas contra a fé ou os bons costumes, contra a Religião ou seus ministros, contra a justiça ou a caridade, certo desapareceriam na sua maior parte essas máquinas de guerra e fatores de demolição e já não teríamos de deplorar as suas más consequências na família e na sociedade. (HENRIQUES, 1918, p. 03-07)

O religioso esclarece, portanto, o interesse do jornal *A Imprensa* em transmitir os valores da Santa Sé para a família e a sociedade, utilizando-se de suas páginas e ações noticiadas. Entre as ações com caráter notadamente religioso que eram divulgadas no periódico, podemos destacar: a) Catequização: geralmente realizado por mulheres leigas, mas com a orientação dos padres paroquiais; b) Missões evangelizadoras: ações promovidas pelo Clero e por leigos, como cafés da manhã, bazares, arrecadação de fundos, limpeza de presídios e escolas, visitas a hospitais e orfanatos; c) Festas de paróquias: as novenas e as celebrações das missas; d) Ordenações do Clero; e) Solenidades com o Clero de outras localidades: Festejos; f) Casamentos, velórios e enterros: Famílias da elite, do Clero ou a este vinculadas.

As ações de comunhão com a Santa Sé possibilitaram à Igreja paraibana crescer e se desenvolver e, principalmente, tentar resgatar os fiéis que se encontravam longe dos modelos pré-concebidos por essa instituição. Notamos, porém, em diversas matérias como também nos pronunciamentos dos arcebispos, que, aos olhos da Igreja, muito na sociedade paraibana precisava ser alterado, pois existiam inúmeras relações que não eram abençoadas por Deus, como as práticas de luxúria, os desvirtuamentos morais e a falta de decoro.

A Imprensa apresentava caráter noticioso e formativo. Assim, além de dar destaque para as noções políticas, publicava também anúncios, chegando a veicular até mais de 20 deles por edição. Em algumas edições, havia mais propagandas e anúncios do que notícias e informações. Estes eram convites ao leitor para o comparecimento a

estabelecimentos, para dar esclarecimentos oportunos do dia a dia como também para estimular a compra de produtos. Podem-se destacar entre os anúncios presentes no jornal: propagandas de advogados, de médicos, hotéis, casas de costura, tabelas da cesta básica, dos horários dos ônibus e trens, do preço da moeda, remédios milagrosos, óculos, vestimentas, tratamentos de higiene, entre outros. Ao passo que os anúncios nesse jornal podem revelar a relação entre o capitalismo e a Igreja, estes também convidavam o leitor a ser um “tipo ideal” de sujeito que contribuía para uma sociedade que caminhava para a união entre a Igreja, o Estado e a Família. Compreende-se, pois, que os anúncios e as propagandas tinham três funções: 1) manutenção do jornal, já que se cobrava para se fazer qualquer divulgação; 2) manutenção da estrutura da sociedade eclesial; e 3) formação dos sujeitos de acordo com os valores que a Igreja considerava como certo, ou seja, os anúncios também serviam como um artefato de inculcação dos valores religiosos.

No que diz respeito à segunda função - relação entre capitalismo e Igreja Católica, Mamede afirma que:



A Igreja Católica, no geral, está a serviço de sua própria sociedade, a sociedade eclesial, isso explica sua imensa capacidade de adaptação às novas estruturas sociais, sua penetração em praticamente todas as culturas e estados do mundo, bem como em todas as classes sociais. As diferentes manifestações do catolicismo ao redor do mundo, a depender das classes sociais, do gênero, da idade ou das etnias, são quase todas admitidas, com as devidas ressalvas, pela Igreja, o que demonstra sua flexibilidade estratégica, fato que permitiu a sua sobrevivência institucional por mais de dois mil anos (MAMEDE, 2020, p. 130).

Inicialmente suas publicações ocorriam semanalmente, porém, com a modernização do parque gráfico em sua segunda fase, as publicações passaram a ser diárias, por cuja unidade se cobrava de início 01 conto de réis²; o preço para assinantes também variou, porém, conforme nossas pesquisas, não ultrapassou o preço máximo de 07 contos de réis.

A vendagem desse periódico não se limitava à capital paraibana, alcançando algumas cidades de pequeno, médio e grande porte desse estado, tais quais: Campina Grande, Alagoa Grande, Santa Rita, Cabedelo, Patos, São João do Cariri. Segundo Ferreira (1994), devido às crises orçamentárias e ao alto custo da tipografia, foram contratados agentes encarregados das vendas e assinaturas, os quais tinham direito à assinatura gratuita e a uma porcentagem pelas vendas. Em cada cidade, havia um

² Em 1942, ocorreu a mudança monetária do réis para o cruzeiro, motivada por questões de crise financeira e para uniformizar a moeda utilizada no Brasil.

responsável ligado à Igreja para fazer as vendas, cooptar novas assinaturas e novos colaboradores como também promover a divulgação do jornal e dos ideais que este defendia. A assinatura era considerada como um exercício da prática cristã, como afirma uma nota do jornal: “Assinar o diário católico é obrigação do Cristão [...]” (A IMPRENSA, 23 de janeiro de 1936, p.01). Tal ação, apesar dos esforços empreendidos, não logrou lucros por muito tempo.

É importante ressaltar que o processo de edição, escolha e elaboração das matérias era responsabilidade do editor chefe. Esta função coube, em sua maioria, durante os anos de circulação do jornal, aos padres, porém o Arcebispo da Paraíba, naquele período, o Dom Aduino Aurélio de Miranda, por sua postura mais controladora e austera, também avaliava o periódico e tinha o poder de colocar ou retirar matérias que fossem consideradas inadequadas para um periódico religioso. Os colunistas e colaboradores, em sua maioria, eram da elite paraibana, pessoas que comungavam com os ideários defendidos pela romanização. Eram religiosos professores, políticos e escritores que escreviam neste órgão, com a intenção de informar e formar a sociedade paraibana, de acordo com os preceitos de sua época. O jornal contava também com correspondentes (coronéis, professores, padres, cônegos, majores, capitães e promotores) em cerca de quinze municípios do estado da Paraíba, relatando os principais acontecimentos. Este espaço no jornal era chamado de “Interior da Paraíba” e continha caráter político, literário, recreativo ou noticioso.

Neste sentido, a escrita demonstrava as intenções do jornal em fomentar os ideários propostos pelo projeto de Romanização³ que a Igreja Católica vivenciava após o I Concílio do Vaticano (BEOZZO, 1984). Segundo o artigo *O Nosso Dever*, publicado em 30 de junho de 1931, o jornal tinha como intuito doutrinar o povo, de acordo com os valores estabelecido pelo Vaticano, e defender a Santa Sé dos “espíritos fortes que buscavam destruir os valores da Igreja e extinguir as verdades do Cristianismo”. Uma das principais características do perfil desse impresso era sua reação às crendices, superstições e ao catolicismo popular. Para a Igreja Católica Romanizada, era necessário voltar aos valores instituídos pela Igreja do século XIII, pois o catolicismo popular era um desvio que deveria ser combatido – isso só seria possível em se elevando o nível de conhecimento cultural e religioso das massas (OLIVEIRA, 1980, p. 181).

³ Segundo Beozzo (1984), o Movimento da Igreja Católica buscava uma reorganização da Igreja no Brasil e no mundo, de acordo com os pilares conservadores romanos.

Sobre essa elevação, assim se pronunciava Dom Adauto: “É dever de todos os catholicos sustentar, conforme suas posses, a boa imprensa, avigora, na medida de suas forças, o jornalismo catholico. A cruzada moderna não é já como a da meia idade, mas doutra espécie: é o apostolado da Imprensa” (HENRIQUES, 1918, p. 07). Este discurso foi publicado em diversas edições do periódico durante o seu período de circulação, com o firme propósito de aumentar o número de leitores e adeptos do jornal *A Imprensa*.

A “boa imprensa” católica possibilitava ao indivíduo compreender os bons valores, além de assegurar também a proteção da pátria no sentido de que as instituições católicas buscavam gerar o bem e a proteção contra a imprensa de má qualidade e o mal que ela imprimia (HENRIQUES, 18 de março de 1918, p. 4-8). Assim, percebe-se que o posicionamento da Igreja quanto à imprensa era o “nós contra eles”, e o “eles” era a imprensa laica, protestante, política não conservadora, sexual, da moda, ou seja, compreendia-se que a “má imprensa”, como eram denominados outros impressos, traziam malefícios para o cidadão, como a loucura, o suicídio, a imoralidade, o vandalismo e tudo o que fosse desviante. Esses impressos estavam associados ao demônio, ameaça que penetrava nas cabeças mais frívolas, segundo a Igreja.

O periódico utilizou inúmeras matérias de combate à “má imprensa”, que tornava o ser humano pecador. Desse modo, *A Imprensa* era a prática escriturística para disseminar as ideias da fé cristã católica romana, que temia as mudanças do tempo, sobretudo as alterações no seio familiar, as quais modificavam a ordem social normativa.

Havia outros textos que circularam neste periódico, que, em sua maioria, estavam correlacionados a notícias do Brasil e do mundo, como forma de a sociedade paraibana tomar conhecimento de outros eventos, ou seja, estabelecer um contato com as principais ideias que circulavam além de suas fronteiras. Entre os principais temas marcados nessas publicações e que mais apareciam no jornal, destacam-se:

- a) Gênero literários como a poesia e os poemas: com o objetivo de informar, educar, moldar e civilizar;
- b) Biografias: como forma de exaltar grandes figuras – geralmente eram pessoas relacionadas à vida eclesiástica e que tinham poder de influenciar as condutas sociais;
- c) Comércio e agricultura: com notícias locais e do mundo sobre preços e balanços econômicos;
- d) Região Nordeste, a seca e o cangaço: falando sobre as dificuldades desta região em lidar com problemas do clima, com a falta de oportunidade e com a violência e ou o terror gerados pelo cangaço nas cidades;

e) I Grande Guerra e suas consequências: noticiando sobre as relações do Brasil com a guerra, os saldos, as principais ideias defendidas e, em alguns casos, uma afinidade com o fascismo;

f) Vida doméstica: com organização de temas relacionados a casamento, educação, moralidade, receitas, sexualidade, entre outros. Os temas em sua maioria estavam relacionados à posição que a mulher - de inferioridade - e o homem - de superioridade - devem ocupar diante da família, e da relação de ambos com os parentes, com a Igreja e com o Estado;

g) Maçonaria, protestantismo e espiritismo: apresentando sempre um viés crítico para seus praticantes, propondo medidas e cobrando do Estado alternativas de combate a essas doutrinas;

h) Liberalismo, Positivismo, Anarquismo e Socialismo - temas sobre os quais muito se criticava;

i) Direito, astronomia, arte e conhecimento de um modo geral: assuntos pouco discutidos, mas que, quando apareciam, ganhavam destaque.

O JORNAL A IMPRENSA E A UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS NA PARAÍBA

É possível compreender que, com a mudança de regime de governo - a República -, a Igreja passou a ser concorrente do Estado no processo de regulamentação e controle dos comportamentos e das práticas sociais. Existia uma busca incessante de (re)afirmação do seu lugar como guardião da boa educação, da família, da sociedade e dos verdadeiros princípios católicos.

Foi então nesse contexto que a Igreja Católica no Brasil buscou consolidar sua hegemonia como uma instituição formadora das famílias dirigentes, contando fortemente com a criação de inúmeros colégios católicos que resguardavam o dever do ser cristão. É importante destacar que esse fenômeno não ocorreu apenas na Paraíba, mas sim em todos os estados do Brasil. De acordo com Beozzo (1984, p. 23), “é estabelecendo uma rede importante de colégios em todo o país que a Igreja conta cristianizar as elites, para que estas por sua vez ‘cristianizem’ o povo, o Estado, a Legislação”. Sendo assim, compreende-se que as intencionalidades eram declaradas, como se vê claramente na Carta Pastoral elaborada pelo Pio X: “Não duvidemos: sem a instrução religiosa veremos, muito em breve e mais do que nunca, perturbadas as famílias pela libertinagem: os

esposos sem fidelidade, os filhos sem obediência, os servos sem sujeição” (HENRIQUES. CARTA PASTORAL, 1905, p. 16).

As ações da Igreja estavam inseridas em um plano maior de projeções civilizatórias que galgavam que os preceitos da religião católica se perpetuassem na sociedade por meio da educação e, para isto, recomendava-se uma boa formação educacional. É importante também perceber que os colégios foram meios para a manutenção dos ideários católicos de formação de conduta e da prática cristã. Entre estes, estavam: Colégio Diocesano Pio X (destinado aos meninos), Colégio Nossa Senhora das Neves (destinado às meninas), Colégio Padre Rolin (destinado aos meninos), Colégio São José (destinado aos meninos pobres), Escola Santa Inês (destinado às meninas pobres), Colégio Sagrado Coração de Jesus (destinado às meninas), Colégio Nossa Senhora do Rosário (destinado às meninas), Colégio Nossa Senhora de Lourdes (destinado às meninas).⁴ Não foram, porém, estas as únicas estratégias dos clérigos; outros recursos, como a imprensa e o laicato, também foram amplamente utilizados para se alcançarem os propósitos religiosos. É evidente, contudo, que os colégios ganharam maior destaque, devido aos resultados alcançados com as ações a curto e a longo prazo.

Pode-se considerar, portanto, a criação dos colégios como a expressão do projeto de expansão da vida católica para além das igrejas. Segundo Manoel (1996, p. 87), “a Igreja estabelecia, por intermédio da educação escolarizada, uma base estratégica para seu programa de recristianização”. É interessante considerar que a multiplicação de colégios não atendia apenas às famílias mais abastadas, mas também a uma parcela da população menos favorecida. A Igreja entendia que, para que a religião influenciasse a realidade social, era necessário primeiro influenciar o ambiente doméstico, o lar, daí existiria uma repercussão da educação cristã na sociedade. Sendo assim, a Igreja comungava da ideia de que devia existir uma relação direta entre o que era vivido no ambiente doméstico e o que era ensinado no processo de escolarização e, por isto, era necessário o controle dos sujeitos.

Para que este controle e orientação tivesse, de fato, efetivação, a Igreja defendia a união das virtudes com o saber, porém as virtudes ocupavam lugar de destaque e prestígio por pertencerem aos ensinamentos cristãos. De acordo com Dom Adauto, em matéria divulgada no jornal *A Imprensa*, de 12 de março de 1934 (p.02):

⁴ Com o passar dos anos, alguns desses colégios passaram a atender ao público feminino e ao masculino simultaneamente.

A virtude do homem e da mulher católica está associada a sua fé, ao seu amor a Cristo e aos ensinamentos que sua família e a Santa Sé nos mostram. A virtude católica obedece a preceitos que devem ser seguidos por todos, como: a ordem, a justiça, a obediência, a subserviência, a disciplina, a cooperação, a solidariedade, a caridade, a espiritualidade, a fraternidade, a luz e a vida, ao amor um único Deus que ilumina ao verdadeiro conhecimento salvador.

Para a Igreja, portanto, a educação era vista como uma contínua entrega aos valores sempiternos católicos; se seus fiéis entendessem e aprendessem esses ensinamentos, a cultura cristã estaria a salvo na sociedade e existiria uma perpetuação dos ideários defendidos. Por isso, o acesso à escola e aos bens educativos da Igreja foi defendido e utilizado, em especial, a partir do momento do advento do Decreto de 07 de janeiro de 1890, que estabelecia liberdade religiosa e separação do Estado e da Igreja. Mais do que nunca se tornou necessário a Igreja reafirmar o seu lugar de guardiã da verdadeira educação.

A Igreja, desde o final do século XIX, por meio de suas encíclicas, defendia que o acesso à educação era concebido como uma questão de necessidade moral, para o crescimento pessoal e social, mas também de prestígio. Não foi à toa que, quando ocorreu a mudança de regime de governo – República –, o Clero se preocupou em criar escolas religiosas, pois servia para ampliar e defender os princípios cristãos. Aos olhos do Clero, ter acesso à educação era sinônimo de uma boa formação social e religiosa. Sob tal raciocínio, em 1931, no ano em que os *Moços Católicos* assumiram a direção do jornal *A Imprensa*, foi divulgada uma matéria intitulada *A Educação*, que assim dizia:

Sabes o que estão ensinando nas escolas aos teus filhos? Prestas atenção aos deveres escolares? As escolas estão repletas de professoras que acham que podem ser iguais aos homens, que pregam o casamento como opção e não obrigação e que consideram a Igreja ultrapassada. [...] Cuidado com os teus filhos e com os ensinamentos que eles estão recebendo, nas escolas esquecem quem foram os primeiros professores e arruinam a mentalidade dos nossos jovens que têm as mentes tão frívolas. O verdadeiro conhecimento vem da união com Deus, pois Ele ensina o bem viver, o bom caminho [...]. (A IMPRENSA, 25 de julho de 1931, p. 08)

A preocupação com a educação não era algo disperso – o medo do desvirtuamento era uma preocupação que se concebia entre o Clero e os pais. A concepção de modernidade que foi amplamente rejeitada pelos Papas representava, para alguns, o mal que se infiltrava nas escolas para iludir as mentes menos desenvolvidas, portanto era necessário que tais instituições – Clero e Família – fossem fiscais da educação. Na mesma perspectiva de ser fiscal dos jovens e de seus processos

educacionais, o jornal *A Imprensa* do dia 03 outubro de 1936, na página 02, divulgou *O que devem ler os jovens*, esclarecendo que a tarefa de educar não era fácil, porém era proveitosa, pois, se os pais e a escola instruísem bem os seus jovens, “colheriam ótimas sementes”, mas, para isto, fazia-se necessário que os pais controlassem as “leituras maldosas que envenenam a alma” dos inocentes, “as amigas malpropícia [...]”. Esta orientação divulgada pelo jornal evidencia que a Igreja considerava que algumas leituras e influências poderiam tornar os sujeitos portadores de moral duvidosa. Na matéria, não foram apresentadas quais seriam as leituras que estavam trazendo “libertinagens” para os mais jovens como também não se destacaram os aspectos nocivos das amigas, mas entendemos que eles estavam se referindo ao cuidado da sociedade quanto a ser vigilante, para que nada desvirtuasse os mais jovens. É importante destacar que o processo de instrução dos jovens poderia representar mudanças de *status* social, pois, na sociedade brasileira, a educação para as famílias com maior poder aquisitivo poderia ser um adorno; para as menos abastadas, contudo, o acesso aos princípios educativos poderiam ser a “porta” de acesso a lideranças e mudança social.

Compreender a educação como um processo necessário aos sujeitos é fruto da cultura humanista e literária, pois, desde a Antiguidade, o saber representava mais prestígio que a cultura tecnicista. Partindo-se desta reflexão de que a educação era um referencial demasiadamente importante na constituição do que era ser um “bom cidadão”, pois dominava os princípios e valores necessários à sociedade, compreende-se o processo educativo como uma ação que permite o desenvolvimento intelectual dos sujeitos para um melhor aproveitamento social.

Nos anos 1930, no Brasil, a educação era o eixo da modernização nacional, mas havia a disputa de ideias entre Nacionalistas, a Igreja Católica e a Escola Nova.⁵ De acordo com Gumiero e Zambelo (2017, p. 66):

... [havia] a conexão dos atores e as suas ligações a três perspectivas de projeto de educação, denominadas ideário. O projeto nacionalista absorveu as ideias da Liga de Defesa Nacional e dos Militares e (sic) em certa medida (sic) também do movimento Modernista e Integralista (sic) os quais, fundamentalmente, associam a educação com a formação de um povo consciente dos símbolos nacionais (sic) e essa percepção

⁵ Também conhecida como Escola Ativa ou Progressista, nasceu na Europa a partir das ideias do suíço Adolphe Ferrière e chegou ao Brasil a partir da perspectiva e influência de Rui Barbosa. O movimento foi uma renovação do ensino que surgiu no final do século XIX, mas que ganhou notoriedade na primeira metade do século XX – sua doutrina acreditava na autonomia do educando, no autogoverno, na experiência, na liberdade, nos métodos ativos, na criatividade e na individualidade. No Brasil, vai ganhar maior destaque na década de 30. Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que defendia a escola pública, laica e gratuita como forma fecunda de transformação social.

promoveria a salvação do inimigo interno aliado à formação de um povo coeso para combate do perigo externo, além de incorporar elementos nacionais (ou a busca sobre o que seria tipicamente brasileiro). O projeto ligado ao catolicismo considerou a educação como a forma de difusão das doutrinas da igreja através da inclusão do ensino religioso na rede pública. Por fim, o projeto da Escola-Nova propôs(sic) como diretriz principal(sic) a promoção da escola pública de qualidade e universal, pautada no estado laico. O Ministério Capanema acomodou em sua política nacional de educação os interesses, de acordo com as diferentes proposições das escolas de pensamento.

Entre as décadas de 30 e 40 do século XX, a Igreja fez grandes críticas aos modelos adotados e defendidos pelas secretarias e grupos educacionais, pois, para ela, a educação estava sendo influenciada por novos ideários da modernidade, que retiravam a importância do discurso religioso na formação das pessoas. A compreensão pedagógica defendida era baseada na Escola Nova difundida por meio dos “pioneiros da educação”, a exemplo de Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Cecília Meireles, Lourenço Filho, Amanda Álvaro Alberto, principalmente nas décadas de 20 e 30. É importante destacar que, neste trabalho, não pretendemos analisar as práticas do escolanovismo ou dos representantes públicos da educação na Paraíba, mas sim compreender como a Igreja Católica na Paraíba fez frente a esse movimento, afinal, em todo o Brasil, esta entidade passou a criticar os Pioneiros da educação e suas metodologias de ensino e de conhecimento.

O Brasil passava por uma transição entre o velho e o novo e entrava em fase de adaptação ao novo modelo social, político, econômico e educacional. Apesar de a República anunciar novos tempos, nos anos e décadas seguintes ainda existia uma ineficiência gritante por parte do Estado em oferecer boas condições de vida à população. Os *Pioneiros da educação* defendiam que era atribuição central do Estado promover e prover verdadeiramente a educação, pois cabia a essa instituição a formação do seu povo (FERNANDO, 1963, p. 667), ou seja, era o acirramento cada vez maior das proposituras que existiram durante o Império e que ganhavam uma nova roupagem com o advento da República, com a noção de centralização e intervenção do Estado em todas as especificidades.

Em contrapartida, nesse contexto histórico, ocorreu a romanização, ou seja, orientação do Vaticano para tentar impedir os avanços da modernidade. Esse movimento não buscou impor ações apenas para o Clero, mas também para todos os sujeitos; sua intenção era trazer cada vez mais fiéis para comungar do pensamento dos reformadores, ou seja, buscar a recristianização dos indivíduos, para que estes defendessem os valores

da Igreja. Possivelmente, um dos grandes frutos do projeto de romanização tenha sido o catolicismo militante realizado por grupos leigos.

N' *A Imprensa*, entre os anos de 1931 a 1939, foram encontradas 32 matérias que relacionavam o declínio moral como resultado das imposições do Estado às escolas públicas. Entre as matérias, citamos aquelas que detinham uma maior carga de crítica às ações do governo frente à educação: Até onde irá a educação? (1931); Capanema e a educação (1934); Os problemas da educação (1935); A educação e a religião (1936); Os princípios da educação (1937); A escola pública brasileira (1939), entre outras.

A União dos Moços Católicos agiu ativamente durante as reformas produzidas por Francisco Campos, realizando, em diversos estados brasileiros, a “Semana Católica”. Na Paraíba, esse movimento colheu assinaturas, realizou palestras, foi às escolas, fez piquetes nas avenidas, protestos em frente aos órgãos do Estado, publicou matérias, entre outras ações. Entre as publicações no jornal *A Imprensa* destacamos:

De todas as partes do Paiz chovem protesto contrarios as ações do Ministro Francisco Campos acerca do ensino religioso nas escolas. Taes protestos, já se sabem partem de seitas ou de sectarios inimigos da Religião Catholica, e aparecem em nome da liberdade de consciência ou da reeneração moral. [...] o decreto não obriga; faculta. [...] concede a liberdade a quem quiser ensinar a doutrina religiosa [...]. (A UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS. O ensino religioso. 09 de fevereiro de 1932, p. 01)

Nessa matéria, os unionistas saúdam o ministro Francisco Campos por tornar, por meio do decreto 19.941/31, o ensino religioso facultativo, enfatizando que os [...] liberais da Escola Nova desejam privilégios para acabar com a moralidade [...] (A UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS. O ensino religioso. 09 de fevereiro de 1932, p. 01).

É importante destacar que, na perspectiva da Igreja, o órgão orientador dos processos educacionais deveria ser o Clero, pois as abordagens até então utilizadas na educação deterioravam a alma e mente humana.

O projeto denominado de “Semana Católica”, realizado pelos unionistas, passou a ser um evento realizado em João Pessoa anualmente, sempre no início do ano escolar. Inferimos que A União dos Moços Católicos realizou este evento até o ano de 1941, pois foi o último ano em que encontramos matérias relacionadas ao evento. Durante os anos de realização, foi possível perceber o apoio e a participação do arcebispo Dom Moisés durante a programação, como se lê na nota abaixo:

Por iniciativa da União dos Moços Catholicos de João Pessoa será celebrada, a partir do dia 24 [...] a < Semana Catholica > em regosijo

pela instituição do ensino religioso nas escolas brasileiras. 161 O programma terá início com a commovente cerimonia da Paaschoa dos Militares, seguido com a Santa Missa com Mons. Deão e D. Moisés [...] seguindo-se uma série de conferencias até o dia 28 [...] (A IMPRENSA. Semana Catholica. 19 de fevereiro de 1935, p. 02).

A Semana Católica tornou-se um evento importante na Arquidiocese em defesa dos princípios da educação, recebendo diversos párocos e bispos ao longo de suas edições. Geralmente eles anunciavam, no jornal, toda a programação do evento e, ao final da semana, explanavam sobre os principais assuntos debatidos.

A *Imprensa* era o principal meio de divulgação da programação da Semana Católica, enfatizando a necessidade de participação dos pais nas palestras como também a presença dos jovens em momentos específicos de informação e formação sobre os deveres educacionais do cristão católico.

Em 1932, foi divulgada no periódico *A Imprensa* uma notícia sobre uma ação de conscientização para os homens da sociedade em geral, ou seja, para qualquer um de todos e não apenas os da elite. Tal ação foi realizada na casa de Carlos Coelho, que era um dos Moços Católicos:



São novos tempos. E que tempos são estes? São tempos de aflição, de temor, de individualismo, em que as pessoas não olham mais umas para as outras e buscam ajudar. São tempos de uma modernidade que assolla e traz o desemprego, o desviver; a falta de alimento diário devastado por causa das secas, as inseguranças sociais. É a família sendo finalizada. Nós cathólicos precisamos nos unir perante Deus e pensar formas de combater estes individualismos que ferem a nossa nação. Convidamos todos os homens para este momento de confraternização em Cristo e de reflexão sobre o nosso dever para nos encontrarmos no jardim da casa do nosso amigo Carlos Coêlho, no bairro de Tambiá na rua Odom Bezerra às 09 horas da manhã do próximo domingo. (A UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS, 16 de agosto de 1932, p. 02)

Este texto apresenta os Moços Católicos organizando um encontro na casa de Carlos Coelho, primo em segundo grau de Dom Moisés e participante unionista. Outras 12 notas como esta foram encontradas entre 1931 e 1942, nos possibilitando inferir não somente que a ação do grupo era extremamente ativa como também que o jornal *A Imprensa* era uma forma de comunicação utilizada pelos participantes dos grupos para convocar membros, convidar e incentivar a inserção de novos integrantes. É importante ressaltar também que a união existente entre os Moços Católicos facilitava a articulação de ações com a finalidade de preservar a fé, resguardar a moralidade do que era considerado pecado e defender a Igreja Católica. As ações supracitadas, embora

compreendidas como modelos de educação não formal, moldaram a sociedade paraibana de acordo com os valores de uma época.

Entendemos como educação não formal o conjunto de práticas que possibilitam a formação humana, mas que são realizadas para além dos espaços escolares. Neste sentido, entende-se que a educação pode ir muito além das especificidades curriculares da aprendizagem regular. As ações romanizadoras bem como as efetivadas pela *União dos Moços Católicos* foram práticas educativas não formais que teceram marcas na formação dos sujeitos. As práticas realizadas pelos militantes católicos foram ações que educaram/moldaram os sujeitos ao longo do tempo para a obediência, a servidão e a organização social baseada em valores cristãos.

Nessa linha de raciocínio, o jornal *A Imprensa* defende que educar é possibilitar a formação dos sujeitos enquanto eles ainda não têm competência ou formação para responder por si mesmos. Essa defesa está expressa em sua edição de 10 de agosto de 1934:



Cabe a nós a função de educar e de transmitir os valores corretos para os mais jovens, pois elles estão distantes daquilo que é a boa verdade e o bom ensinamento. Os mais jovens esquecem o que é viver uma boa família e o que é ser um bom cidadão, porque nós estamos esquecendo de ensiná-los. Pai e Mãe apresenta os teus filhos para o caminho correto para que mais adiante os senhores não paguem pela falta de cuidado com estes que tanto precisam de nós. [...]. Cuidem deles, pois são elles que cuidarão de vós [...] (A IMPRENSA. A educação está comprometida. p. 02).

A atitude por parte da Igreja em ficar constantemente chamando a atenção da sociedade para as práticas e ações corretas demonstram como eles, os clérigos, consideravam que a educação de “valor” era um dos mecanismos responsáveis pela manutenção da Igreja e do perfil do bom católico, ou seja, mais do que ter fiéis, era necessário que estes detivessem consciência de seus atos e de seus papéis na sociedade. E, neste sentido, obter um maior número de leigos para proferir as práticas dos católicos tornou-se algo de suma necessidade.

Os *Moços Católicos* representam abertamente a concepção do Laicato no Brasil, em especial na Paraíba, pois estes tomaram atitudes que buscavam comungar com os ideários defendidos pela Igreja Católica. É visível como as suas atitudes, desde as mais básicas, como auxílio nos presídios ou até campanhas assistencialistas para desabrigados e necessitados, tinham o intuito de defender a fé cristã, como ficou evidente na campanha organizada por eles:

É com zelo e devoção que chamô a todos aqueles que se sentirem tocados pela fé em Cristo que ajudem na prática da caridade em benefício do Natal dos mais necessitados. Cristo nos chama a dividir o pão com aqueles que mais necessitam, a caridade é a atitude de todo o cristão e deve ser feita de coração aberto. Nós da casa Mãe dos Homens e União dos Moços Católicos convidamos a todos para este ato de ajuda e de amor. Estamos aceitando as ofertas até o dia 18 de dezembro com a finalidade de fazermos uma grande festa de comemoração ao menino Jesus e celebração. [...] Lembrando que a caridade também é um ato de obediência a Deus e os ensinamentos da Bíblia, não adianta uma cabeça cheia de palavras e um coração vazio, o verdadeiro sentido da vida é servir ao próximo [...]. (A IMPRENSA. A Caridade e fé. 12 de novembro de 1934, p. 03 e 04 e 13 de novembro de 1934, p. 03)

A caridade neste texto é apresentada como um ato que todo católico deve realizar. Podemos entender duas ações envolvidas nesta matéria, sendo a primeira a inculcação dos deveres dos cristãos com os mais necessitados. E a segunda é a realização de ações pastorais, levando comida aos famintos, como um mecanismo de impor a presença da Igreja em todos os lugares. Numa relação direta de doação, a Igreja Católica conseguia estabelecer, em um mesmo projeto, pessoas de diversas classes sociais movidas pelo poder simbólico da religião. Essa matéria foi dividida em duas edições, devido ao seu tamanho, em busca de esclarecer para os católicos o dever da caridade e as boas ações que se recebe em troca.

Em razão de a educação não formal ser realizada em diversos locais, compreendemos que o principal meio de comunicação e difusão da Arquidiocese da Paraíba e dos ideários defendidos pela União dos Moços Católicos foi o jornal *A Imprensa*, de modo que o consideramos um artefato pedagógico na propagação dos ensinamentos católicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar os discursos produzidos sobre e para a família paraibana pelo jornal *A Imprensa* e pelo movimento leigo cristão denominado União dos Moços Católicos, que emergiram nas primeiras décadas do século XX. Reiteramos que o nosso principal objetivo foi analisar como estes discursos tinham a finalidade de influenciar na formação de um tipo ideal de família que atendesse aos pré-requisitos aceitáveis pelos dogmas católicos na Paraíba, entre os anos de 1931 a 1942.

Compreender o jornal *A Imprensa* e sua característica de ser agente formador de opinião e oriundo da Igreja Católica na Paraíba, no final do século XIX, foi imprescindível, pois:

Na história da imprensa na Paraíba o jornal *A Imprensa* ocupa um lugar de destaque, não só por ser um dos mais lougenos, criados a 27 de maio de 1897 pelo Bispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques e funcionado até 08 de abril de 1986, mas por sua abertura editorial tratando de assuntos e questões diversas não se limitando aos de natureza religiosa ou eclesial, embora contasse como subtítulo Órgão Hebdomadário Doutrinário e Noticioso. (MORAES, 1992, p. 23)

Faz-se necessário destacar que a criação do periódico mencionado acima está diretamente relacionada com a instituição da imprensa religiosa católica em meados do século XIX, pois esse periódico fazia parte de um projeto macro da Igreja Católica – o de levar a “boa” imprensa para a sociedade, de modo a resgatar, cultivar e formar os fiéis de acordo com os valores da Romanização em voga na época (BEOZZO, 1984, p. 39). Outro aspecto que influenciou a criação da imprensa religiosa no Brasil foi a Constituição Republicana, que tornou a nação um estado laico, inviabilizando cada vez mais as ações da Igreja. Fica claro, portanto, que, desde a criação do jornal no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as mudanças sócio históricas influenciaram para que este impresso se posicionasse na defesa da fé e das práticas cristãs.

A partir do que estava ocorrendo em diversos países cristãos e no Brasil, a Igreja buscou se reorganizar para manter-se como provedora de “verdades”. Suas ações foram internas e externas, como por exemplo do uso da imprensa. Dentro desses ideários, o periódico *A Imprensa* “lutou” para defender as concepções de mundo e sociedade propagadas pela Igreja Católica Romana.

Fomentar as características do que era ser homem foi algo constante para os Moços Católicos, de modo que no jornal *A Imprensa*, a masculinidade deveria ser construída, pois, “desde a mais tenra idade(sic) o menino carece receber do pai os verdadeiros valores, para um dia educar sua prole” (A IMPRENSA. A educação em casa. 11 de maio de 1941, p. 02).

O grupo citado comungava com a Igreja Católica paraibana a ideia de que o homem deveria ser o centro da família, pois era ele que irradiava a força, elemento genuíno para preservação do núcleo familiar. Percebeu-se que existia uma fomentação para uma masculinidade hegemônica, ou seja, o controle de todos, de acordo com as suas especificidades culturais.

Compreende-se que ocorreu o doutrinamento da família (da sociedade paraibana católica) pela União dos Moços Católicos por intercessão do jornal *A Imprensa*, dentro de um contexto histórico de contínuas transformações sociais, culturais e econômicas, como também de (re)organização da Igreja Católica frente às mudanças do mundo. A Igreja necessitou adaptar-se ao “novo”, para permanecer como a instituição responsável pela manutenção e cuidado com a sociedade. Concluímos que, no espaço geográfico da cidade de João Pessoa, capital paraibana, local de maior circulação do jornal *A Imprensa*, existiu um projeto de inculcação de valores disseminados pela Igreja Católica também propagados pela União dos Moços Católicos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fátima. Paraíba: **Imprensa e vida**: jornalismo impresso 1826 - 1986. 2. ed. rev. Aum. Grafset, 1986.
- A IMPRENSA. 18 de julho de 1931, p. 08.
- A UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS. 16 de agosto de 1932, p. 02.
- A UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS. 09 de fevereiro de ...
- A IMPRENSA. 12 de março de 1934, p.02.
- A IMPRENSA. 10 de agosto de 1934.
- A IMPRENSA. A Igreja e os Católicos. 18 de novembro de 1934, p. 04.
- A IMPRENSA. A Caridade e fé. 12 de novembro de 1934, p. 03 e 04
- A IMPRENSA. 13 de novembro de 1934, p. 03
- A IMPRENSA. Semana Catholica. 19 de fevereiro de 1935, p. 02
- A IMPRENSA. O que devem ler os jovens. 03 outubro de 1936, p. 02.
- A IMPRENSA. A educação em casa. 11 de maio de 1941, p. 02
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Editora Universidade de Brasília. 4. edição (revista e ampliada), 1963.
- AZZI, Riolando. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano, *In*: SOUZA, Rogério L.; OTTO, Clárcia (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis-SC, Editora Insular, 2008. pp. 17-40
- AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, Riolando. **O Altar Unido ao Trono**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- AZZI, Riolando. **A crise da Cristandade e o Projeto Liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991.
- AZZI, Riolando. **Elementos para a História do Catolicismo Popular**. REB, Petrópolis, Vozes, v. 36, março 1976.

- AZZI, Riolando. **O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX**. REB, Petrópolis, Vozes, v.34, março 1974.
- AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BEOZZO, J. O. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). *In*: AZZI, Riolando. (org.) **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 120-126.
- BEOZZO, J. O. Os resultados da discussão historiográfica na CEHILA. *In*: BRANDÃO, Sylvana (org.). **História das Religiões no Brasil**. Recife, UFPE, 2001. p. 372-409.
- BEOZZO, J. O. **Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada**. REB, Petrópolis, vol. XXXVII, 1977.
- BEOZZO, J. O. A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. *In*: FAUSTO, Boris. (Org.). **História geral da civilização brasileira III: Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1984, p. 271-341.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Mulheres educadas e devotas: a reforma dos discursos católicos e a implementação de modelos femininos modernos em Teresina. **Revista História em Reflexão**. v. 14. n. 27. 2020, p.371-391. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/11988/6091> Acesso em: 21/01/2024.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, F. A. L. C. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Revista Diálogos**, 9, 143-165, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHARTIER. Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.
- DURHAM, Eunice R. “A família e a mulher”. *In*: **Cadernos CERU**. São Paulo: n. 18, p. 7-48, 1983.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização: implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- GINZBURG, Carlo. **Indagações sobre Piero**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GUMIERO, Rafael Gonçalves. ZAMBELO, Aline. A educação como eixo da modernização do Brasil nos anos 1930: a disputa de ideias entre Nacionalistas, Igreja Católica e Escola Nova. **Em Tese**. v. 14, n. 1, jan./jun., 2017.
- MAMEDE, B. F. O Pensamento Econômico Católico: Origem, desenvolvimento e declínio. **Inteligere, Revista de História Intelectual**, nº9, pp. 98-134. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/173506-Texto%20do%20artigo-430106-1-10-20200823.pdf> . Acesso em 22/01/2024.
- MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.
- MORAES, Laudereira E. M. (Org.). **Catálogo do Jornal A Imprensa 1897-1968**. João Pessoa: Arquidiocese da Paraíba/NIDIHR, 1992.

MORAES, Laudereida E. M. **Breve Histórico do Jornal A Imprensa**, 1994.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. **Religião e Dominação de Classe: o caso da “Romanização”**. Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, Rio de Janeiro, 1980, p. 181.

TERUYA, Marisa Tayra. **Família e Poder na Paraíba** (Os Maia de Catolé do Rocha/PB - Um estudo de caso sobre práticas endogâmicas). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, 1995.

RECEBIDO EM: 19/06/2023

PARECER DADO EM: 27/10/2023



www.revistafenix.pro.br